

Sicsu: Caesb está escondendo a verdade

«Quem não deve não teme». A frase foi usada ontem pelo engenheiro Benjamin Sicsu, demitido na sexta-feira, da Coordenadoria do Meio Ambiente (Coama) pelo governador José Aparecido, ao interpretar a resistência da presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), William Penido, em apresentar o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) das obras de despoluição do Lago Paranoá.

Em entrevista à repórter Edna Dantas, do *Jornal de Brasília*, Sicsu disse que a Caesb, ao insistir na não apresentação do Rima demonstra que «não quer transformar o projeto num conhecimento democrático», onde a população possa ter livre acesso às informações sobre a despoluição.

Na entrevista, Benjamin Sicsu alega que foi demitido pelo Governador porque estava contrariando interesses de grupos que, há alguns anos, estariam cometendo irregularidades no Distrito Federal. Um desses grupos, segundo Sicsu, está ligado ao caso dos loteamentos clandestinos.

A seguir, a entrevista.

JBr — Qual foi a principal razão da sua demissão?

Sicsu — O que eu considero a principal razão da minha demissão foi que os interesses que se opunham à minha luta começaram a ser afetados, por isso, as pessoas realmente foram forçadas a me demitir. Por exemplo, eu participei daquela comissão que apurou o envolvimento dos procuradores em loteamentos irregulares. Na verdade, quando entrei naquela comissão, eu me preocupei muito mais em ver aquele grande escândalo chamado «Escândalo do São Bartolomeu», que envolveu milhões de dólares. Uma série de terras que iam ser desapropriadas, estava em curso de desapropriação, mas os processos foram retirados.

JBr — Você tem esses documentos?

Sicsu — Tenho. Tenho documentos dizendo que o São Bartolomeu não era mais necessário. Em 1982, a Caesb fez um documento e o apresentou à Justiça. Foi o documento necessário para se retirar todas as ações de desapropriação que estavam correndo na Justiça para desapropriar a área de São Bartolomeu.

JBr — A partir daí começou uma nova briga, desta vez diretamente com a Caesb, pela apresentação do Rima?

Sicsu — Pelo lado dos loteamentos eu participei daquela comissão, caracterizei aquilo. Depois, quando fui ser presidente da Proflora. Numa grande coincidência a Proflora detinha grande parte das áreas que estavam invadidas por estas pessoas. Inclusive, nós abrimos um processo mostrando que o Venturini realmente tinha todos os contratos irregulares. Esse processo foi feito na Proflora. Depois, numa comissão de inquérito, aberta a nível da Terracap, eu fui depor e apresentei uma série de indícios ilícitos administrativos, ocorridos no GDF. A comissão chegou a conclusões técnicas que levaram a retirar as ações de desapropriação, em 1982 e 83, ou seja, pessoas que compraram água, pois a região ia ser alagada, e depois virou a região mais valorizada de Brasília. Então, todos esses decretos, todos esses processos foram feitos dentro do Palácio do Planalto.

JBr — E você vai depor nessas investigações?

Sicsu — Se for chamado, com todo prazer eu vou depor, e se não for, vou continuar na luta para que esta questão do loteamento seja apurada, seja caracterizada.

seja regularizada.

JBr — Quanto às obras de despoluição do Lago Paranoá, por que a Caesb se recusa a apresentar o Rima?

Sicsu — A Caesb não quer apresentar o Rima porque ela não quer transformar o projeto num conhecimento democrático. Ela não quer que o projeto se torne conhecido da população. Isso, para mim, é uma luta do tempo passado, onde as decisões eram tomadas fechadamente, em gabinetes.

JBr — Por que o Rima é importante?

Sicsu — O Rima é a transparência das informações para a população. O Rima é um instrumento que deve ser apresentado para que um órgão técnico analise, com o acesso da população, às informações sobre o processos, permitindo que seja escolhida a melhor alternativa. Quando isso fica obscuro e torna-se simplesmente de conhecimento de técnicos ou de determinados departamentos financeiros de órgãos, isso realmente é contra a transparência. Se nós estamos a favor da transparência, que o projeto seja colocado aberto ao público.

JBr — Quer dizer que a Caesb está escondendo alguma coisa?

Sicsu — Está. Quem não deve não teme. Tem que ser demonstrado o projeto. Primeiro que hoje, ninguém sabe que projeto vai ser implementado. Eu participei de uma comissão que analisou um projeto em 1985. Naquela comissão foram omitidas informações. E tanto é verdade que aquela diretoria da Caesb que omitia informações foi demitida.

“Eles me apresentaram um projeto de US\$ 45 milhões. O ex-superintendente da Caesb disse que era o mesmo projeto, que agora custa 156 milhões”

JBr — Porque foi demitida?

Sicsu — Porque omitia informações que a água de Brasília tinha cloriformio e resolvia esse problema colocando os laudos dentro das gavetas. E aí o governador resolveu demitir a diretoria. Então, essa mesma diretoria que omitia informações, omitiu uma série de outras informações à essa comissão.

JBr — Mas com relação ao projeto do Lago, o que houve?

Sicsu — Eles apresentaram uma série de informações de um projeto que custava 45 milhões de dólares. Eu como chefe do órgão ambiental não tive acesso ao projeto que eles estão querendo fazer agora. Mas o projeto é o mesmo. Aliás, isso foi dito sexta-feira pelo senhor João Carlos Siqueira, ex-superintendente da Caesb, o mesmo que disse, em juízo, que o projeto é viável. E se for o mesmo projeto, ele agora está em 156 milhões de dólares, o que é de se preocupar.

JBr — Você teve acesso aos contratos que demonstravam que a obra aumentaria de 45 milhões para 150 milhões de dólares?

Sicsu — Há dois anos eu recebi um projeto, que inclusive foi entregue a todos os membros da comissão. A única informação que nos foi entregue naquela época foi cópias de pedaços do projeto, com a planilha de custos. Logo em seguida, uma comissão analisou isso e foram omitidas todas as informações relativas à exportação dos esgotos. Naquela época, foi dito que a melhor alternativa era o tratamento terciário, que a exportação já havia sido analisada e que não era viável.

Não é verdade. A exportação nunca foi analisada. Sexta-feira mesmo (no julgamento da ação de embargo à obra), eu citei vários documentos que foram obtidos nas nossas reuniões e que apontam diretamente para a exportação. Mas aquele projeto — a ampliação das estações de tratamento, com tratamento terciário, e para atender uma população de 712 mil habitantes — custava 45 milhões de dólares. Já fui professor de auditoria e não costumeu errar em números.

JBr — Qual seria a explicação para o aumento deste valor?

Sicsu — Já no ano passado surgiram as primeiras denúncias de que, em plena vigência do Plano Cruzado, a Caesb tinha aumentado o valor do projeto. Depois houve uma comissão que aparentemente não apurou nada, mas logicamente havia, porque os valores foram aumentados. Quem tem que explicar como foi feito o aumento é essa comissão que julgou esse aumento, composta por dois secretários, José Carlos de Mello (Serviços Públicos) e Arlécio Gazal (Reforma Administrativa), pelo William Penido e Márcio Manata, da Caesb, e diretores da Caixa Econômica Federal. Aliás uma das pessoas da Caixa Econômica Federal, era o doutor Irvando, que foi o mesmo que, em 1981, autorizou o projeto de tratamento terciário ao invés da exportação, num parecer bastante polêmico.

JBr — Por que polêmico?

Sicsu — Porque pela própria carta da decisão, fica implícito que o Banco Mundial só financiaria a obra com o tratamento terciário, e que a outra alternativa não teria o financiamento garantido. O BNH, então, citava que a obra era de tratamento terciário.

JBr — E a fraude na concorrência?

Sicsu — Isso eu acompanhei pela imprensa. A denúncia me deixou bastante apreensivo.

JBr — Quem você acha que poderia ter publicado os anúncios?

Sicsu — Democratas ou algum funcionário, por não terem outros canais de expressão, já que o poder econômico sempre age em forma de coação. Então, a pessoa encontrou a forma de caracterizar, para o futuro, a verdade que ele sabia e que não conseguia dizer. E isso passa por todos os campos dos interesses contrariados, de empresas, políticos, empreiteiras. Eu não tenho a mínima idéia de quem tenha sido.

JBr — Você acredita que o governador José Aparecido estava ciente do aumento no valor da obra ou mesmo da fraude na concorrência?

Sicsu — Eu acredito que não. Ele agora está começando a observar a polêmica na imprensa. O Tribunal de Contas a partir de amanhã vai começar uma auditoria, é tudo uma questão matemática, e se realmente os valores da obra, conforme os contratos divulgados pelo *Jornal de Brasília*, aumentaram de 45 para 156 milhões de dólares, a auditoria vai apurar isso, e certamente alguma explicação terá que ser dada. Aí o governador vai ter caracterizada a questão. A Caesb tem divulgado valores em torno de 100 milhões de dólares, enquanto a imprensa tem divulgado um número de 156, que não é a mesma coisa.

JBr — Como você, com tantas divergências com o GDF conseguiu resistir por dois anos nele?

Sicsu — Na realidade, as divergências nunca foram levadas muito a sério. Eu nunca fui chamado à atenção, como também jamais fui convidado a comparecer às Águas Claras.